de emergência, pois está ocasionando prejuízos e comprometendo a segurança da população de trairenses e dos demais municípios vizinhos, bem como quem trafega pela BR 163; Considerando ainda, que os bairros da Sede do Município que ficam localizados em áreas baixas ou próximas do rio ou riacho se encontram em situação calamitosa, levando muitas famílias carentes ao estado de necessidade, precisando de imediato atendimento;

DECRETA:

Art. 1º - Situação DE EMERGÊNCIA em parte da Área Urbana atingindo os Bairros: BATATA, CACAU, PALHAL, INDUSTRIAL, BELAVISTA E JARDIM AMADEUS Parte da área Rural atingindo as Comunidades: ESPINHO, BATATA, VICINAL 21, NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS, AREIA I, AREIA II, ARIZONA, CARACOL, JAMANXINZINHO, BOM JARDIM, LIRIO DOS VALES, TRÊS BUEIRAS, CÉU AZUL, BOA ESPERANÇA, PLANALTO, TUCUNARÉ, BOM JESUS, RIO BONITO, NOVA ESPERANÇA, SÃO MIGUEL E ARURI. Estradas Vicinais e BR 163 no Município de Trairão, Estado do Pará pelo período de 90 (noventa) dias, período crítico das chuvas.

Art. 2º - Os serviços terão seu curso direcionado para resolver as Situações que surgirem em decorrência das grandes chuvas e enxurradas que se abatem na área urbana e rural deste Município.

Art. 3º - Cópias deste Decreto deverão ser encaminhadas a todos os Órgãos pertinentes, para as providências legais.

Art. 4º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação. Parágrafo Único: Este Decreto pode ser Prorrogado até completar o prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias.

Gabinete do Prefeito Municipal de Trairão, Estado do Pará, 02 de abril de 2008.

Ademar Baú

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 965, DE 14 DE MAIO DE 2008

Autoriza a celebração de Termo de Cessão de Uso de bens imóveis do Estado, nos termos em que dispõe.

A GOVERNADORA DO ESTADO DO PARÁ, no uso das atribuições que lhe confere o art. 135, inciso V, da Constituição do Estado do Pará, e

Considerando, que o ITERPA é o órgão executor da política fundiária do Estado do Pará, nos termos da Lei nº 4.584, de 1975; Considerando, que a "Gleba Gorotire", situada no Município de São Félix do Xingu, onde está localizada a área urbana do município foi arrecadada como terra devoluta estadual, conforme Portaria nº 355/2007, de 10 de julho de 2007, publicada no Diário Oficial do Estado nº 30966, de 16 de julho de 2007;

Considerando, que a Lei nº 6.614, de 2004, exige autorização do Governador do Estado para a cessão de imóveis estaduais; Considerando, que é competência do município promover, no que couber, adequado ordenamento territorial, mediante planejamento e controle do uso, do parcelamento e da ocupação do solo urbano, de acordo com o art. 30, inciso VIII, da Constituição Federal de 1988;

Considerando, que a delimitação e ampliação da zona urbana é competência do município, através de lei municipal, atendidos os requisitos urbanísticos para caracterização da condição urbana ou urbanizável;

Considerando, ainda, que a política de desenvolvimento urbano a ser executada pelo Poder Público municipal, conforme as diretrizes gerais fixadas em lei, tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e garantir o bem-estar de seus habitantes (art. 182, CF);

Considerando, por fim, que o Plano Diretor é o instrumento básico da política de desenvolvimento e de expansão urbana, D E C R E T A:

Art. 1º Fica o Presidente do ITERPA autorizado a celebrar Termo de Cessão de uso de Bens Imóveis do Estado com a Prefeitura Municipal de São Félix do Xingu, cujo objeto é o imóvel definido pela Lei Municipal nº 335/2007, como perímetro urbano do referido município possuindo as dimensões, limites e confrontações e demais especificações técnicas mencionadas no memorial descritivo constante nos Processos Administrativos nº 2007/485252 (apenso nº 2007/117701) - ITERPA, referido no Anexo deste Decreto.

Art. 2º A formalização do referido Termo de Cessão de Uso tem como finalidade o desenvolvimento de política habitacional do município, conforme definida em seu Plano Diretor.

Art. 3º O imóvel será cedido pelo prazo de 20 (vinte) anos, em caráter gratuito, com cláusula de irrevogabilidade durante sua vigência.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO DO GOVERNO, 14 de maio de 2008.

ANA JÚLIA CAREPA

Governadora do Estado

ANEXO

Imóvel: Área Urbana e Suburbana do Município de São Félix do Xingu	
Proprietário: Governo do Estado do Pará	Município: São Félix do Xingu
Interessado: Prefeitura Municipal de São Félix do Xingu	
Comarca: São Félix do Xingu	UF: Pará
Área (ha): 4.818,1606	Perímetro: 32.306,38 m

MEMORIAL DESCRITIVO

Inicia-se a descrição deste perímetro no vértice BQM-P-0168, de coordenadas N=9.268.265,54 m e E=391.338,79m, situado no limite com, a margem esquerda do RIO FRESCO deste, segue confrontando a montante do RIO FRESCO com azimutes e distâncias: 90°55'53" e 335,42m, até o vértice BQM-P-0169, de coordenadas N=9.268.260,09m e E=391.674,16m; 140°33'11" e de 337,65m, até o vértice BQM-P-0170, de coordenadas N=9.267.999,35m e E=391.888,69m; 99°51'35" e de 534,44m, até o vértice BQM-P-0171, de coordenadas N=9.267.907,83m e E=392.415,23m; 84°19'14" e de 490,90m, até o vértice BQM-P-0172, de coordenadas N=9.267.956,41m e E=392.903,72m; 113°42'40" e de 1.495,62m, até o vértice BQM-P-0173, de coordenadas N=9.267.354,98m e E=394.273,09m; 130°30'01" e de 860,05m, até o vértice BQM-P-0174, de coordenadas N=9.266.796,42m e E=394.927,08m, 146°55'08" e de 1.454,14m, até o vértice BQM-P-0175, de coordenadas N=9.265.578,00m e E=395.720,79m, 131°56'15" e de 453,45m, até o vértice BQM-M-0477, de coordenadas N=9.265.274,95m e E=396.058,09m; 138°44'08" e de 225,80m, até o vértice BQM-P-0176, de coordenadas N=9.265.105,23m e E=396.207,02m; 164°52'35" e de 598,05m, até o vértice BQM-P-0177, de coordenadas N=9.264.527,89m e E=396.363,05m; 125°09'57" e de 1.109,97m, até o vértice BQM-P-0178, de coordenadas N=9.263.888,60m e E=397.270,43m; 130036'13" e de 786,81m, até o vértice BQM-P-0179, de coordenadas N=9.263.376,50m e E=397.867,78m; 106°46'10" e de 2.356,36m, até o vértice BQM-P-180, de coordenadas N=9.262.696,64m e E=400.123,93m; 93°24'09" e de 545,06m, até o vértice BQM-M-0478, de coordenadas N=9.262.664,29m e E=400.668,03m; situado a margem esquerda do RIO FRESCO e divisa das TERRAS DEVOLUTAS DO ESTADO DO PARÁ deste, segue confrontando com as TERRAS DEVOLUTAS DO ESTADO DO PARÁ com azimute de 241°11'48" e distância de 8.398,64m, até o vértice BQM-P-0475, de coordenadas N=9.258.617,80m e E=393.308,48m; cravado a margem direita do RIO XINGU, deste segue confrontando a jusante do RIO XINGU com azimutes e distâncias: 28°42'57" e de 236,40m, até o vértice BQM-P-0140, de coordenadas N=9.258.825,12m e E=393.422,06m; 21°40'51" e de 266,65m, até o vértice BQM-P-0141, de coordenadas N=9.259.072,91m e E=393.520,57m; 104°40'01" e de 9,39m, até o vértice BQM-P-0142, de coordenadas N=9.259.070,53m e E=393.529,65m; 23°55'16" e de 343,38m, até o vértice BQM-P-0143, de coordenadas N=9.259.384,42m e E=393.668,88m; 18°30'12" e de 258,34m, até o vértice BQM-P-0144, de coordenadas N=9.259.629,40m e E=393.750,87m; 0°19'41" e de 347,67m, até o vértice BQM-P-0145, de coordenadas N=9.259.977,07m e E=393.752,86m; 354°28'52" e de 398,54m, até o vértice BQM-P-0146, de coordenadas N=9.260.373,76m e E=393.714,53m; 336°24'07" e de 311,59m, até o vértice BQM-P-0147, de coordenadas N=9.260.659,30m e E=393.589,79m; 307°44'34" e de 767,47m, até o vértice BQM-P-0148, de coordenadas N=9.261.129,08m e E=392.982,91m; 300°24'17" e de 1.636,58m, até o vértice BQM-P-0149, de coordenadas N=9.261.957,36m e E=391.571,40m; 292°21'50" e de 394,14m, até o vértice BQM-P-0150, de coordenadas N=9.262.107,33m e E=391.206,91m; 304°45'10" e de 223,09m, até o vértice BQM-P-0151, de coordenadas N=9.262.234,50m; e E=391.023,61m; 312°37'45" e de 471,18m, até o vértice BQM-P-0152, de coordenadas N=9.262.553,60m e E=390.676,94m; 311°27'59" e distância de 67,43m, até o vértice BQM-P-0153, de coordenadas N=9.262.598,25m e E=390.626,42m; 334°54'08" e de 64,72m, até o vértice BQM-M-0476, de coordenadas N=9.262.656,86m e E=390.598,97m; 319°32'19" e de 182,50m, até o vértice BQM-P-0154, de coordenadas N=9.262.795,71m e E=390.480,54m; 336°30'21" e de 704,70m, até o vértice BQM-P-0155, de coordenadas N=9.263.441,99m e E=390.199,60m; 333°21'09" e de 627,20m, até o vértice BQM-P-0156, de coordenadas N=9.264.002,57m e E=389.918,31m; 335°05'00" e de 474,94m, até o vértice BQM-P-0157, de coordenadas N=9.264.433,30m e E=389.718,21m; 359°49'42" e de 210,27m, até o vértice BQM.P.0158, de coordenadas N=9.264.643,57m e E=389.717,58m; 330°21'40" e de 469,62m, até o vértice BQM.P-0159, de coordenadas N=9.265.051,75m e E=389.485,34m; 35°43'20" e de 63,00m, até o vértice BQM.P.0160, de coordenadas N=9.265.114,70m; e E=389.482,84m; situado a margem direita do RIO XINGU e esquerda do RIO FRESCO deste, segue confrontando a montante do RIO FRESCO com azimutes e distâncias: 62°37'37" e de 249,91m, até o vértice BQM.P-0161, de coordenadas N=9.265.229,60m e E=389.704,77m; 31°49'26" e de 230,72m, até o vértice BQM-P-0162, de coordenadas N=9.265.425,64m e E=389.826,43m; 3r08'29" e de 208,28m, até o vértice BQM.P-0163, de coordenadas N=9.265.591,68m e E=389.952,19m; 31°25'35" e de 330,58m, até o vértice BQM.P-0164, de coordenadas N=9.265.873,76m e E=390.124,56m; 27°30'18" e de 853,44m, até o vértice BQM.P-0165, de coordenadas N=9.266.630,74m e E=390.518,70m; 18°09'45" e de

879,84m, BQM.P.0166, de coordenadas N=9.267.466,75m e E=390.792,96m; 22°12'50" e de 780,14m, até o vértice BQM.P-0167, de coordenadas N=9.268.188,98m e E=391.087,90m; 73°01'49" e de 262,31m, até o vértice BQM-P-0168, de coordenadas N=9.268.265,54m e E=391.338,79m; ponto inicial da descrição deste perímetro. Todas as coordenadas aqui descritas estão georreferenciadas ao Sistema Geodésico Brasileiro, a partir das estações da Rede Brasileira de Monitoramento Contínuo - RBMC: IMPERATRIZ (IMPZ) 92165, de coordenadas N=9.392.439,519m e E=223.346,605m referenciada ao Meridiano Central nO 45°00', fuso - 23, e MARABÁ (MABA) 93914 de coordenadas N=9.407.000,139m e E=708.119,046 m referenciada ao Meridiano Central nO 51°00', fuso - 22, e todas as outras coordenadas encontram-se representadas no Sistema UTM, referenciadas ao Meridiano Central nO 51°00', fuso - 22, tendo como datum o SAD-69. Todos os azimutes e distâncias, área e perímetro foram calculados no plano de projeção UTM.

DECRETO Nº 966, DE 14 DE MAIO DE 2008

Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação, o imóvel que menciona, situado no Município de Belém, no Estado do Pará, e dá outras providências.

A GOVERNADORA DO ESTADO DO PARÁ, no uso das atribuições que lhe confere o art. 135, inciso V, da Constituição Estadual, e nos termos do art. 5º do Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, e legislação subsequente, e tendo em vista a localização e o espaço físico do imóvel, os quais se adequam as necessidades da SEDUC visando o cumprimento de suas atribuições institucionais,

D E C R E T A:

Art. 1º Fica declarado de utilidade pública, a fim de ser desapropriado em favor da Secretaria de Estado de Educação, por via amigável ou judicial, o imóvel urbano e suas benfeitorias, situado na Avenida Governador José Malcher, nº 1.031, no Município de Belém, Estado do Pará, medindo 12,65m (doze metros e sessenta e cinco centímetros) de frente; 76,20m (setenta e seis metros e vinte centímetros) pela lateral direita; 76,20m (setenta e seis metros e vinte centímetros) pela lateral esquerda; 12,65m (doze metros e sessenta e cinco centímetros) de travessão dos fundos, perfazendo uma área total de 963,93m² (novecentos e sessenta e três metros e noventa e três centímetros quadrados).

Art. 2º A Procuradoria-Geral do Estado adotará as medidas administrativas e/ou judiciais que se fizerem necessárias à consecução do ato expropriatório previsto no artigo anterior, ficando, desde logo, autorizada a invocar o caráter de urgência no processo judicial de desapropriação, com fundamento no art. 15, do Decreto-Lei Federal nº 3.365, de 21 de junho de 1941, com as alterações que lhe foram impostas pelo Decreto-Lei nº 1.075, de 1970, ambos recepcionados pela Constituição Federal de 1988.

Art. 3º As despesas com execução do presente Decreto correrão por conta de recursos próprios do Tesouro Estadual.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PALÁCIO DO GOVERNO, 14 de maio de 2008.

ANA JÚLIA CAREPA

Governadora do Estado

DECRETO Nº 967, DE 14 DE MAIO DE 2008

Altera o *caput* e § 1º do art. 4º do Decreto nº 2.069, de 20 de fevereiro de 2006, que instituiu o pregão eletrônico como modalidade de licitação a ser adotada obrigatoriamente para a aquisição de bens e serviços comuns pela Administração Pública Estadual e dá outras providências.

A GOVERNADORA DO ESTADO DO PARÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 135, inciso V, da Constituição Estadual,

D E C R E T A:

Art. 1º O presente Decreto altera a redação do art. 4º, do Decreto nº 2.069, de 20 de fevereiro de 2006, e de seu § 1º, que passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 4º Na aquisição de bens e serviços comuns no âmbito da Administração Direta e Indireta, deverá ser utilizada obrigatoriamente a modalidade licitatória de pregão eletrônico.

§ 1º Excepcionalmente, quando o pregão eletrônico se revelar inadequado à contratação pretendida, o dirigente máximo do órgão ou entidade poderá, em decisão fundamentada, cuja cópia deverá ser remetida a Auditoria-Geral do Estado, autorizar a contratação por outra modalidade de licitação".

Art. 2º A Auditoria-Geral do Estado, dentro de suas atribuições, acompanhará o cumprimento das determinações contidas neste Decreto, podendo propor ao Chefe do Poder Executivo a suspensão de procedimentos licitatórios instaurados em desacordo com a disciplina estabelecida neste ato normativo.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor em 45 (quarenta e cinco) dias, contados a partir da data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PALÁCIO DO GOVERNO, 14 de maio de 2008.

ANA JÚLIA CAREPA

Governadora do Estado